



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

LÚCIA DE FÁTIMA RODRIGUES LEITE

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA INSERÇÃO
NA AGENDA POLÍTICA EDUCACIONAL**

ITAPORANGA – PB
2014

LUCIA DE FÁTIMA RODRIGUES LEITE

A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA INSERÇÃO NA AGENDA POLÍTICA EDUCACIONAL

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. MSc. Irenaldo Pereira de Araújo

ITAPORANGA – PB
2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

L533e Leite, Lúcia De Fátima Rodrigues Leite
A educação do campo e sua inserção na agenda política educacional [manuscrito] / Lúcia De Fátima Rodrigues Leite. - 2014.
24 p.

Digitado.
Monografia (Especialização em Fundamentos da educação: práticas pedagógicas interdisciplinares) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Ensino a Distância, 2014.
"Orientação: Prof. Ms. Irenaldo Pereira de Araújo, Departamento de Educação".

1. Educação Rural. 2. Elementos Históricos. 3. Agenda Política. I. Título.

21. ed. CDD 370

LÚCIA DE FÁTIMA RODRIGUES LEITE

**A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA INSERÇÃO NA AGENDA
POLÍTICA EDUCACIONAL**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares, da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 19/julho/2014

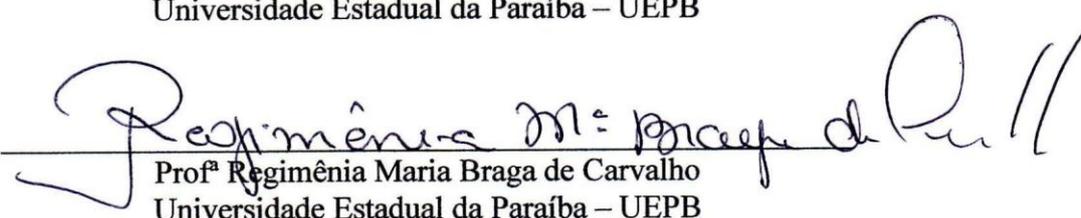
BANCA EXAMINADORA



Prof. Irenaldo Pereira de Araújo - Orientador
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB



Prof. Inácio de Araújo Macedo
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB



Profª Regimênia Maria Braga de Carvalho
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

DEDICATÓRIA

Aos queridos Paulo Henrique e Antonio Alencar, pela dedicação e companheirismo.
DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Alberto Edvanildo Coura coordenador do curso de Especialização, Polo de Itaporanga por seu empenho.

Ao Mestre Irenaldo Pereira de Araújo pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela dedicação.

Aos meus pais João Bezerra e Antonia Rodrigues (in- memorian), embora fisicamente ausentes, sentia vossas presenças ao meu lado, dando-me forças.

A minha cunhada Juvaneide. Aos queridíssimos Athirson, Antonia e Emmanuel, pela compreensão por minha ausência nos almoços do sábado.

Aos professores do Curso de Especialização da UEPB, em especial, Inácio Macedo, Regimênia, Patrícia Xavier, Iris Barbosa e Marcos Barros, que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio de disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos funcionários da UEPB em especial João Neto, pela presteza e atendimento quando nos foi necessário.

Ao Governo da Paraíba, À Secretaria de Estado da Educação pelo grande investimento e pelo crédito dado à educação e seus professores.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

A educação é aquilo que fica depois que você esquece o que escola ensinou.

Albert Einstein

RESUMO

As Políticas Públicas refletem o projeto social do Estado na determinação das práticas culturais, educacionais e sociais dos indivíduos. Esta Monografia foi elaborada para apresentar a Educação do Campo e suas lutas para ser inserida na Agenda Política Educacional. Dividida em dois capítulos: Fundamentação Teórica e Metodologia, procuramos, por meio de leituras, pesquisas, envolver todos os elementos que contribuíram para a construção e efetivação da Educação do Campo, no país, discorrendo, também sobre o que é Educação e Educação do Campo, bem como sua importância; Na Metodologia, abordamos a de caráter Bibliográfico, uma vez que todo o trabalho baseou-se em leituras sobre a Educação do Campo e sua Inserção na Agenda Política Educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Rural education - Historical elements - Political Agenda.

A B S T R A C T

Public policies reflect the social project of the State in determining the cultural, educational and social practices of individuals. This monograph is designed to provide the education field and their struggles to be included in Agenda Educational Policy. Divided into two sections: Theory and Methodology Rationale, seek, through reading, research, involving all elements that contributed to the construction and execution of Rural Education in the country, talking also about what is Education and Rural Education and its importance; In the methodology, approach the Library of character, since all the work was based on readings on Education Field and its insertion in Agenda Educational Policy.

KEYWORDS: Foucault. School education. Power. Surveillance.

LISTA DE SIGLAS

CEB	Conselho Estadual de Educação
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONEC	Comissão Nacional de Educação no Campo
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENERA	Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agraria
GPT	Grupo Permanente de Trabalho
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agraria
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MAB	Movimento dos Atingidos Pelas Barragens
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MST	Movimento Dos Sem Terra
PROCAMPO	Programa de Apoio Às Licenciaturas Em Educação Do campo
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação no Campo
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA INSERÇÃO NA AGENDA POLÍTICA EDUCACIONAL	13
2.1	CONCEITO DE EDUCAÇÃO E DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	15 22
2.2	IMPORTANCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	16
2.3	ELEMENTOS HISTÓRICOS FUNDAMENTAIS PARA A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AGENDA POLITICA EDUCACIONAL	17
2.3.1	LEI DE DIRETRIZES E BASES	45 18
2.3.2	DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO	20
2.3.3	PROGRAMAS FEDERAIS DE FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	22
2.3.4	OS MOVIMENTOS SOCIAIS ..	24
3	METODOLOGIA	26
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
	REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

“A Educação interfere no tempo e melhorando-se a qualidade do fator humano modifica-se por completo o quadro do país. Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente. Este é o mais importante investimento a fazer, para que haja, não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento.”

Celso Furtado

A história da Educação Brasileira é caracterizada de marcas políticas, que vem desde o período colonial até os dias de hoje.

O presente trabalho monográfico propõe apresentar a Educação do Campo, partindo do seu conceito e importância até sua inserção na agenda política educacional, destacando em sua trajetória o papel dos elementos históricos que contribuíram para a sua construção, que vão desde a Lei de Diretrizes e Bases – LDB-9394/96 – que em seu artigo 28 confirma a inserção da Educação do Campo na Agenda Política Educacional e dentre esta, as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo aos Movimentos Sociais, seguidos dos Programas Federais que fortaleceram a Educação do Campo.

Diante dessa perspectiva, nossa Monografia tem como fundamento a seguinte questão: Que elementos históricos contribuíram para a inserção da educação do campo na agenda política educacional?

De acordo com a literatura de (COSTA, SOUSA, SANTOS, NASCIMENTO, CALDART, SILVA, FERNANDES, VENDRAMINE e LIMA) acerca desse assunto, a LDB, Os Movimentos Sociais, Os programas Federais e as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo em muito contribuíram para a firmação da Educação do Campo e sua inserção na agenda política educacional, conforme Nascimento “A Educação do Campo não pode ser vista sem a participação do movimento social existente no campo e sem sua efetivação pós LDB.”

Essas contribuições exigiram do governo uma demanda de políticas públicas, favorecendo a criação de uma agenda que possibilitasse a materialidade da Educação do Campo, partindo da tríade: Campo – Políticas Públicas – Educação. O fortalecimento da produção camponesa, a articulação da luta pela educação com a luta pela vida: “È a relação entre esses termos que constitui a novidade histórica que batizamos de Educação do Campo” (CALDART).

Para isso, levou-se em consideração as assertivas e experiências dos movimentos nos assentamentos, levando-as para os espaços rurais permanentes, já que foram, há muito, deixados de lado, considerados desprivilegiados das políticas públicas. À luz dos Movimentos Sociais, esse privilégio renasceu e passou-se a elaborar atividades que desenvolvesse a Educação do Campo.

Dessa forma, nossa Monografia está pautado no seguinte objetivo geral: Destacar as contribuições dos elementos históricos para a inserção da educação do campo na agenda política educacional.

Pauta-se também nos seguintes objetivos específicos: relatar a importância da educação do campo, discorrer sobre os elementos históricos que fortaleceram a educação do campo.

A literatura nos mostrou que grandes foram as contribuições da LDB, Movimentos Sociais, Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo e Programas Federais para a inserção da educação do campo na agenda política educacional, demandando do Estado iniciativas no âmbito da oferta de educação pública e de qualidade.

2 A EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUA INSERÇÃO NA AGENDA POLÍTICA EDUCACIONAL

Nosso trabalho monográfico toma como fundamento a literatura de (COSTA, SOUSA, SANTOS, NASCIMENTO, CALDART, SILVA, FERNANDES, VENDRAMINE E LIMA), específica, que relata sobre a Educação do Campo e sua Inserção na Agenda Política Educacional.

Neste capítulo apresentamos a Educação do Campo e sua Inserção na Agenda Política Educacional, discorrendo sobre o conceito de Educação, de Educação do Campo e sua importância para o desenvolvimento do país. Discorreremos, ainda, sobre os Elementos Históricos que fortaleceram a Educação do campo: As LDBs, as Diretrizes Operacionais para a Educação, os Movimentos Sociais e os Programas Federais de Educação voltados para a Educação do campo, dizendo, assim, que muitas foram as lutas para inserir a Educação do Campo na Agenda Política Educacional.

Em seu artigo "Políticas Públicas e Educação do Campo, em Busca da Cidadania Possível?" (NASCIMENTO – 2002) afirma que a Educação do Campo ganhou novos ares a partir da abertura política e do processo de redemocratização do Brasil e que foram os Movimentos Sociais que levantaram essa bandeira. A luta pela cidadania dos Sujeitos do Campo se configuraram como primeira Política Pública de um processo de construção e de afirmação de educação do Campo.

Nascida de experiências de movimentos como o MAB (Movimentos dos Atingidos pelas Barragens), MST (Movimento dos Sem Terra), Movimentos de Organização Comunitária, Movimento de Base- 1960 – 1970, a Educação do Campo vem conquistando espaço e materialização nas políticas públicas.

Assim a autora garante que a Educação do Campo como parte da construção de um paradigma teórico e político não é fixo, fechado e que também não pode ser aleatório, arbitrário.

O conceito de educação do campo está enraizado na sua materialidade de origem e no movimento histórico de realidade a que se refere diz (CALDART- 2007).

Sobre sua materialidade, a autora afirma que a educação do Campo exige que ela seja pensada/trabalhada sempre com base em: Campo, Política Pública e Educação.

“É a relação, na maioria das vezes tensas, entre esses termos, que constitui o Fenômeno Educação do Campo” (CALDART – 2007).

E ainda, prossegue a autora, há aqueles que preferem tratar a educação do campo tirando o ‘Campo’ de cena, para tirar as Contradições Sociais que as constituem desde sua origem, por outro lado, diz CALDART, há quem queira tirar da educação do campo a Dimensão Política Pública porque teme que a relação com o estado contamine seus objetivos sociais emancipatórios primeiros, e mais, aqueles que tratam a educação do Campo como uma proposta pedagógica para as escolas do campo.

A autora continua dizendo que é importante ter presente que está em questão na educação do Campo uma política da classe trabalhadora do campo.

Sobre o movimento histórico da realidade a que se refere, em seu artigo- Caldart-2007 – diz que a Educação do Campo trata de uma especificidade: na discussão de país, de política pública, de educação. Essa característica nos tem aproximado e distanciado de muitos sujeitos/grupos que fazem e discutem a educação e que defendem uma perspectiva de

universalidade, de educação unitária e que nos alertam para o perigo da fragmentação das lutas da classe trabalhadora.

A autora garante que é preciso entender que não podemos nos desviar da origem que é a especificidade de que trata a educação do campo, dizendo que ela é do campo, dos seus sujeitos e dos processos formadores em que estão socialmente envolvidos.

Segundo (CALDART – 2007), o surgimento da expressão ”Educação do Campo” pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo I ENERA (Encontro Nacional de educadores da Reforma Agrária). Passou a ser chamada Educação do Campo a partir de discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília.

Para ela, o esforço feito no momento de Constituição da Educação do Campo foi partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, protagonizadas pelo MST, para as lutas mais amplas pela educação dos (as) trabalhadores/trabalhadoras do campo, deixando para trás o mais usual termo ‘trabalhador rural’.

A instrução é um direito universal e o grande desafio colocado à Educação do Campo é o de revalorização ou de construção de um pluralismo, desde outras bases políticas e teóricas, afirma (Caldart – 2007).

Assim a autora garante que a Educação do Campo como parte da construção de um paradigma teórico e político não é fixo, fechado e que também não pode ser aleatório, arbitrário.

O conceito de educação do campo está enraizado na sua materialidade de origem e no movimento histórico de realidade a que se refere diz (CALDART- 2007).

Sobre sua materialidade, a autora afirma que a educação do Campo exige que ela seja pensada/trabalhada sempre com base em: Campo, Política Pública e Educação.

“É a relação, na maioria das vezes tensas, entre esses termos, que constitui o Fenômeno Educação do Campo” (CALDART – 2007).

E ainda, prossegue a autora, há aqueles que preferem tratar a educação do campo tirando o ‘Campo’ de cena, para tirar as Contradições Sociais que as constituem desde sua origem, por outro lado, diz CALDART, há quem queira tirar da educação do campo a Dimensão Política Pública porque teme que a relação com o estado contamine seus objetivos sociais emancipatórios primeiros, e mais, aqueles que tratam a educação do Campo como uma proposta pedagógica para as escolas do campo.

A autora continua dizendo que é importante ter presente que está em questão na educação do Campo uma política da classe trabalhadora do campo.

Sobre o movimento histórico da realidade a que se refere, em seu artigo-CALDART- 2007 – diz que a Educação do Campo trata de uma especificidade: na discussão de país, de política pública, de educação. Essa característica nos tem aproximado e distanciado de muitos sujeitos/grupos que fazem e discutem a educação e que defendem uma perspectiva de universalidade, de educação unitária e que nos alertam para o perigo da fragmentação das lutas da classe trabalhadora.

A autora garante que é preciso entender que não podemos nos desviar da origem que é a especificidade de que trata a educação do campo, dizendo que ela é do campo, dos seus sujeitos e dos processos formadores em que estão socialmente envolvidos.

Segundo (CALDART – 2007) o surgimento da expressão "Educação do Campo" pode ser datado. Nasceu primeiro como Educação Básica do Campo I ENERA (Encontro Nacional de educadores da Reforma Agrária). Passou a ser chamada Educação do Campo a partir de discussões do Seminário Nacional realizado em Brasília.

Para ela, o esforço feito no momento de Constituição da Educação do Campo foi partir das lutas pela transformação da realidade educacional específica das áreas de Reforma Agrária, protagonizadas pelo MST, para as lutas mais amplas pela educação dos (as) trabalhadores/trabalhadoras do campo, deixando para trás o mais usual termo 'trabalhador rural'.

A instrução é um direito universal e o grande desafio colocado à Educação do Campo é o de revalorização ou de construção de um pluralismo, desde outras bases políticas e teóricas, afirma (CALDART – 2007).

2.2 - a importância da educação do campo

A Educação do Campo era um privilégio das camadas mais ricas da sociedade, o que determinava a não-existência de políticas públicas e, muito menos, de vontade por parte dos governantes em oferecer o direito de cidadania da educação aos camponeses que estavam condenados ao analfabetismo e a exploração.(NASCIMENTO -2002).

Com o "Ruralismo Pedagógico" e a chamada "Primeira Redemocratização do Brasil (1945-1964) a Educação Rural foi palco de algumas iniciativas, tais como o Programa de Extensão Rural, Campanha Nacional de Educação Rural, entre outras que preparava técnicos para atuar no meio rural em várias áreas, a exemplo da Educação de Base ou Alfabetização. No entanto, a Lei 4024/51 – Brasil, primeira LDB, continuou negando a existência da diversidade no meio rural, pois a escola estava condenada às intencionalidades capitalistas, assegura > (NASCIMENTO -2002).

Á luz dos movimentos de resistência, como por exemplo, o Movimento de Educação de Base e o Centro Popular de Cultura que contribuíram para a promulgação de Estatuto do Trabalhador Rural, com a Lei nº 4214/63-Brasil, a Educação Rural ganhou importância, formando grupo de alfabetização e de educação popular, diz o autor.

De Educação Rural à Educação do Campo houve um interessante processo histórico e hoje ainda se busca uma afirmação e exaltação da importância da Educação do Campo.

1 – INTRODUÇÃO

“ A Educação interfere no tempo e melhorando-se a qualidade do fator humano modifica-se por completo o quadro do país. Não há país que tenha conseguido se desenvolver sem investir consideravelmente na formação de gente. Este é o mais importante investimento a fazer, para que haja, não só crescimento, mas autêntico desenvolvimento.”

CELSO FURTADO

A história da Educação Brasileira é caracterizada de marcas políticas, que vem desde o período colonial até os dias de hoje.

O presente trabalho monográfico propõe apresentar a Educação do campo, partindo do seu conceito e importância até sua inserção na agenda política educacional, destacando em sua trajetória o papel dos elementos históricos que contribuíram para a sua construção, que vão desde a Lei de Diretrizes e Bases- LDB-9394/96-Brasil – que em seu artigo 28 confirma a inserção da Educação do Campo na Agenda Política Educacional e dentre esta, as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo aos Movimentos Sociais, seguidos dos Programas Federais que fortaleceram a Educação do Campo.

Diante dessa perspectiva, nossa Monografia tem como fundamento a seguinte questão:
QUE ELEMENTOS HISTÓRICOS CONTRIBUÍRAM PARA A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AGENDA POLÍTICA EDUCACIONAL?

De acordo com a literatura de (COSTA, SOUSA, SANTOS, NASCIMENTO, CALDART, SILVA, FERNANDES, VENDRAMINE e LIMA) acerca desse assunto ,a LDB Os Movimentos Sociais, Os programas Federais e as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo em muito contribuíram para a firmação da Educação do Campo e sua inserção na agenda política educacional.

“ A Educação do Campo não pode ser vista sem a participação do movimento social existente no campo e sem sua efetivação pós LDB”. (NASCIMENTO)

Essas contribuições exigiram do governo uma demanda de políticas públicas, favorecendo a criação de uma agenda que possibilitasse a materialidade da Educação do Campo, partindo da tríade: Campo – Políticas Públicas – Educação. O fortalecimento da produção camponesa, a articulação da luta pela educação com a luta pela vida.

“ È a relação entre esses termos que constitui a novidade histórica que batizamos de Educação do Campo”
 (CALDART)

Para isso, levou-se em consideração as assertivas e experiências dos movimentos nos assentamentos, levando-as para os espaços rurais permanentes, já que foram, há muito, deixados de lado, considerados desprivilegiados das políticas públicas. À luz dos Movimentos Sociais, esse privilégio renasceu e passou-se a elaborar atividades que desenvolvesse a Educação do Campo.

Dessa forma, nossa Monografia está pautado no seguinte objetivo geral: **DESTACAR A CONTRIBUIÇÕES DOS ELEMENTOS HISTÓRICOS PARA A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AGENDA POLÍTICA EDUCACIONAL.**

Pauta-se também nos seguintes objetivos específicos: RELATAR A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO, DISCORRER SOBRE OS ELEMENTOS HISTÓRICOS QUE FORTALECERAM A EDUCAÇÃO DO CAMPO.

A literatura nos mostrou que grandes foram as CONTRIBUIÇÕES da LDB, Movimentos Sociais, Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo e Programas Federais para a INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AGENDA POLÍTICA EDUCACIONAL., demandando do Estado iniciativas no âmbito da oferta de EDUCAÇÃO PÚBLICA e de QUALIDADE.

2.3- ELEMENTOS HISTÓRICOS FUNDAMENTAIS PARA A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AGENDA POLÍTICA EDUCACIONAL

Ao longo da construção de sua história, a Educação do Campo recebeu grandes contribuições para sua inserção na agenda política educacional. Essas contribuições foram oriundas de elementos históricos que fortaleceram sua entrada na agenda. Dentre estes, destacamos o papel da LDB, das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, dos Movimentos Sociais e dos Programas federais de Educação.

Cada um deles assumiu importância ímpar para a construção e efetivação da Educação do Campo.

Para (NASCIMENTO -2007) as políticas públicas para a Educação do Campo se efetivaram nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Lula, no período pós-LDB- Brasil (1996-2008).

É o fim de uma longa noite escura da educação destinada aos povos do campo brasileiro. (NASCIMENTO -2007).

2.3.1 – A Lei De Diretrizes E Bases – LDB-Brasil e a Educação do Campo

A Constituição Federal de 1988-Brasil- em seu artigo 206 estabeleceu o princípio da igualdade das condições e permanência na escola para todos. Historicamente, essa não tem sido a realidade da população rural em nosso país. (HACKBART – 2008 – IN FERNANDES – 2005)

No decorrer do seu processo constitucional muitas foram as leis que trataram da Educação do Campo. Esta, de uma forma geral, sofreu as drásticas consequências de duas leis do atraso: a Lei 5540/68 e a Lei5692/71 que foram construídas em detrimento da escola pública sob a égide do regime militar. Portanto de 1968 aos anos 1990, o Brasil viveu o detrimento da escola pública e a falta de políticas públicas de Estado que acolhesse os vários grupos sociais, entre eles, os camponeses. Jamais se pensou em Educação do Campo no Brasil a partir das duas leis promulgadas pela Ditadura Militar (NASCIMENTO – 2007)

Havia uma luta pela Educação Pública e gratuita sob a responsabilidade do Estado por parte dos Movimentos Sociais, mas que ficou silenciada diante da perseguição política. (NASCIMENTO -2007).

Lei 4024/61 discriminou a Educação Rural. Para o autor foi a negação da escolarização nacional, da cultura, do hábito, do trabalho e dos valores da sociedade, a

cristalização de uma relação de dependência e subordinação. A concretização desses impasses aconteceu por ocasião da promulgação desta Lei, em dezembro de 1961.

No entanto, segundo esse mesmo autor, os movimentos de resistência surgiram e tiveram seu auge com a Lei 4214/63. Para este, foi na Ditadura Militar que houve uma profunda penetração da Extensão Rural e de sua ideologia de campo, substituindo o educador pela figura do técnico extensionista. Em contrariedade a esse projeto nasce a Educação Popular, de Paulo Freire e muitas comunidades aderiram ao projeto de Educação Libertadora. Não contente, o regime implantou a Lei 5440/68 que promoveu a reforma do ensino superior e a Lei 5692/71 que inovou a estrutura do ensino de 1º e 2º graus. (NASCIMENTO _ 2007).

(NASCIMENTO _ 2007), diz que a Lei 5692/71 era de caráter conservador e que a Lei 5440/68 não trouxera novidades renovadoras e transformadoras, prevalecendo o ‘dualismo’ entre educação para o saber e educação para o fazer, entre formação intelectual e formação técnica-profissional. A Lei em si permaneceu distante dos anseios dos camponeses coibindo a possibilidade de políticas públicas educacionais específicas ao campo brasileiro e seus sujeitos.

Foi a partir dos governos de Tancredo e Sarney que os Movimentos Sociais se articularam na busca pelos direitos negados na legislação brasileira e no imaginário da população. Novos impulsos para as lutas sociais do campo foram dadas com a criação da Comissão Pastoral da Terra, em 1975 e do MST- Movimento dos Sem terra, em 1984. Nessas lutas estavam inclusas saúde, educação, moradia e crédito. (NASCIMENTO – 2007).

E o que nos diz a nova LDB, sobre Educação do Campo?

A Educação se dá na realidade dos Movimentos Sociais, sejam os sem terra, os povos indígenas, os pescadores, os lavradores.

A Educação do Campo, enquanto política pública de Fernando Henrique Cardoso à Lula, nos mostrou na íntegra documentos oficiais da educação brasileira que alertaram o Art. 28 da LDB, trazendo os seguintes propósitos: na oferta de educação básica a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias as peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente nos currículos e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural, na organização escolar própria, adequando o calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas e adequação à natureza do trabalho na zona rural, nos garante(NASCIMENTO – IN SAVIANI – 2000).

Assim, a principal contribuição das LDBs dadas à Educação do Campo foi a de nº 9394/96 – Brasil, que reconheceu o modo próprio da vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade para a constituição da identidade da população rural (CORDÃO – CNE/CEB – 2002).

2.3.2 - Diretrizes Operacionais Para A Educação Do Campo

Conforme Resolução de abril de 2002 o CNE/CEB instituem Diretrizes Operacionais para a Educação do campo.

Reconhecido o modo próprio de vida social e de utilização do espaço do campo como fundamentais em sua diversidade, para a construção da identidade da população rural e de sua inserção cidadã. Tendo em vista o disposto na Lei 9394/96 LDB – Brasil, na Lei 9424/96 e na Lei 10172/01 e no Parecer CNE/CEB 36/2001, homologados em 2002 o presidente da Câmara de Educação Básica resolveu, entre outros: instituir as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, que em seus artigos garantem que estas, com base na legislação educacional constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional ds escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores e Nível Médio na modalidade Normal.

Considerando a magnitude da importância da Educação Escolar para o exercício da cidadania plena e para o desenvolvimento de um país cujo lema é justiça social, o poder público deverá garantir a universalização do acesso da população do campo à educação básica e a educação profissional de nível técnico, e ainda,, no cumprimento das suas responsabilidades como atendimento escolar, à luz da diretriz do regime de colaboração entre União, estado e Distrito Federal e os Municípios, proporcionará educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para os que não concluíram na idade cetra, cabendo em especial aos Estados garantir condições de acesso ao Ensino Médio e ao profissional de Nível Técnico.

É de responsabilidade dos respectivos sistemas regulamentar as estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, salvaguardando, nos diversos espaços pedagógicos e tempos de aprendizagem, os princípios da política de igualdade.

As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito a igualdade, contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos. Para a observância destes artigos, as propostas pedagógicas serão desenvolvidas e avaliadas sobre a orientação das Diretrizes Curriculares nacionais. O ano letivo poderá ser estruturado independente do ano civil. As atividades propostas poderão ser desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos, sempre que o exercício do direito e o desenvolvimento da capacidade dos alunos de aprender e de continuar aprendendo assim o exigirem. Deverão ser observadas, ainda, as parcerias estabelecidas: articulação proposta pedagógica e as Diretrizes Nacionais, controle social e qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade do campo.

Assim o funcionamento da Educação do Campo, tendo em vista o que determina a Constituição Federal, em dois dos seus artigos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, a LDB e a regulamentação do Fundo de Manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – Lei 9424/96, será assegurado mediante cumprimento da legislação a respeito do funcionamento da educação escolar no Brasil, garantem os artigos 1º,2º,3º,6º e 7º CNE/CBE. Artigos 23,26 e 28 da Lei 9394/96. Artigos 5º,7º e 8º das Diretrizes Curriculares. Artigo 201 – Constituição Federal. Artigo 60-Atos de Disposições . Artigos 68 e 69, 70 e 71 LDB.

Assim estão garantidos pelo Conselho Nacional de Educação e pela Câmara de Educação Básica, nos diz (CORDÃO – 2002), presidente da Câmara de Educação Básica.

2.3.3 – Programas Federais De Fortalecimento Da Educação Do Campo

O conceito de Educação do Campo não existia há 10 anos. E o que aconteceu nesse tempo que possibilitou a construção dessa realidade?

Dentro dessa construção estão a efetividade das Leis de Diretrizes e Bases, as Diretrizes Operacionais para a Educação do campo, os Movimentos Sociais e os programas governamentais que fortaleceram a Educação do Campo.

A partir do I ENERA – Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária -1997, as Conferências Nacionais em 1988 e 2004(Luziânia-GO), momentos decisivos na confirmação e consolidação dos princípios da Educação do Campo foram marcantes.

Pode-se apontar nesse caminhar consideráveis avanços que representam conquistas históricas na luta por políticas públicas de Educação do Campo, asseguram (SILVA e SILVA).

Para as autoras, outras políticas aconteceram, a exemplo da elaboração de marcos normativos, constituição de espaços de gestão nas diferentes instâncias administrativas. No Ministério da Educação de um Grupo Permanente de Trabalho em Educação do campo – 2008, transformado depois em Comissão Nacional de Educação do Campo – CONEC- 2004), Criação de Comitês Estaduais de Educação do Campo, Instituição do Programa Nacional de educação na reforma agrária – PRONERA – 1998, Instituição e ampliação do Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo – PROCAMPO, Instituição do Programa Saberes da Terra- 2005, e o Programa Nacional de Educação do Campo – PRONACAMPO – 2012.

DESTACAMOS AQUI A IMPORTÂNCIA DO PRONERA, PROCAMPO E DOS SABERES DA TERRA.

Para (HACKBARTT) – Presidente do Incra, o Pronera é uma política pública de educação dirigida a trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária, realizado por meio de parcerias com diferentes esferas governamentais, instituições de ensino médio e superior da caráter público ou civil, sem fins lucrativos, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais para qualificação educacional dos assentados e assentadas.

Segundo o autor, o principal objetivo do Pronera é o fortalecimento da educação dos beneficiários do Programa nacional de Reforma Agrária.

O Pronera visa contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável dos povos do campo. (HACKBARTT)

Ainda diz o autor que suas principais ações estão voltadas à garantia da escolarização e educação fundamental de Jovens e Adultos acampados a acampadas, assentados e assentadas nas áreas da Reforma Agrária; à garantia de escolarização e formação de educadores para atuarem naquelas áreas, à formação continuada e escolaridade média e superior aos educadores de Jovens e Adultos (EJA) e do Ensino Fundamental e Médio, e por fim, a garantia da escolaridade, formação profissional, técnico/profissional de nível médio e superior em diversas áreas do conhecimento.

Conclui (HACKBARTT – 2008) que nestes 10 anos de existência, o Pronera alfabetizou, capacitou e graduou cerca de 500 mil jovens e adultos atendidos pelo programa, em parceria com universidades, escolas técnicas, escolas-famílias agrícola. Diz também que mais de 50 mil jovens e adultos estudaram (estudam) nos cursos do Pronera, e mais ainda, que o Pronera constitui-se em um espaço de estímulo ao debate sobre o desenvolvimento territorial em sua totalidade política, cultural, ambiental e econômica (HACKBARTT IN FERNANDES – 2005)

Já para (SILVA E SILVA), com a instituição do Procampo, institui-se 43 novos cursos, colocando em andamento o processo de regularização nas diversas instituições.

Para (NASCIMENTO), o Procampo é uma iniciativa do MEC, por intermédio da Secretaria de educação Continuada, Alfabetização e diversidade(SECAD), em cumprimento a formulação de políticas públicas de combate as desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações rurais.

Segundo o autor, o objetivo do Procampo é apoiar a implementação de cursos regulares de Licenciaturas em Educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país.

O Procampo tem a missão de promover a formação superior dos professores da rede pública das escolas do campo. (NASCIMENTO)

Em relação ao Programa Saberes da Terra, nos garante (NASCIMENTO) que é uma política pública do governo Lula e que é um programa de escolarização de jovens agricultores (as) familiares em nível fundamental na modalidade de EJA, integrado à qualificação social e profissional.

Surgido em 2005, vinculado ao MEC e SECAD, procurou atingir a meta de 5.000 jovens agricultores (as) de diferentes estados do Brasil. Nos seus dois anos de existência o programa atingiu a formação de jovens ribeirinhas , quilombolas, indígenas, assentados e de pequenos agricultores, garante (NASCIMENTO)

Para (SILVA), o Programa Saberes da Terra foi transformado em Pró-Jovem Campo saberes da Terra, em 2008, destinado a jovens na faixa de 18 a 29 anos, que na sua escolarização está integrada a agricultura familiar.

2.3.4 - As Contribuições Dos Movimentos Sociais Para A Educação Do Campo

A Educação do Campo é compreendida como um processo construído com a participação de muitos, notadamente dos Movimentos Sociais. (SANTOS -2007)

Declara ainda a autora que o currículo da escola de campo deve incluir uma trajetória histórica do movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR.

Ao longo dessa pesquisa sobre Educação do Campo, ficou explícita a contribuição e importância do MST para a sua efetivação.

De acordo com (COSTA,SOUZA,SANTOS,NASCIMENTO CALDART E VENDRAMINI,FERNANDES), são os Movimentos Sociais que comportam uma diversidade de relações sociais, etnias, organização política, entre outras e que muito contribuíram para a Educação do Campo, na sua efetiva construção, a qual exigiu do governo demanda de políticas públicas que favorecesse a criação de uma agenda educacional, o fortalecimento da produção camponesa, a articulação da luta pela educação com a luta pela vida. Para isso, levou-se em consideração as assertivas e experiências dos movimentos nos assentamentos, levando-as para espaços permanentes, uma vez que estes foram há muito deixados de lado, considerados desprivilegiados das políticas públicas para a Educação do campo. À luz dos Movimentos Sociais esse privilégio renasceu e passou-se a elaborar atividades visando o desenvolvimento educacional do campo, propondo-se uma educação de qualidade que valorizem as crianças, os jovens e adultos e rapazes e moças do ensino médio e universidades.

Prosseguindo na revisão de literatura, destacamos, ainda o que nos diz (SANTOS – 2007) que afirma sobre a atuação do MSTTR. Ela destaca que por meio deste foram criadas organizações sindicais como a CONTAG, o Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra (Lei 4504/64) em plena repressão militar. Neste período, o país já falava em reforma, incluindo a da educação.

Foram muitas as transformações ocorridas no campo nos últimos 60 anos, mesmo com repressão e morte. (SANTOS)

Já (COSTA) diz que os Movimentos Sociais vêm se fortalecendo no campo por meio de suas ações,protagonista dos movimentos em diversos eventos realizados em pouco mais de 10 anos: os I e II encontros de educadoras da reforma Agrária –ENERA- 1997 E 2002 em Brasília.

Para a autora esses eventos refletem o avanço das políticas públicas direcionadas para o campo.

A literatura nos diz também,em (SILVIA) que a história da renovação dos sindicalismo rural e dos Movimentos Sociais (MST/CPT/Índigenas/Quilombolas/Mulheres e etc serviram como eicos para surgimento da Educação do campo.

Ainda sobre o histórico dos movimentos (VENDRAMINI-2007) afirma se tratar especificamente da educação que desenvolve no interior do MST(Movimento dos Sem – Terra).

A autora completa dizendo que os movimentos têm pressionado não só pela reforma Agrária, mas também por uma educação e escolarização para uma população historicamente alijada das políticas públicas.

Já (SILVA) aponta algumas lutas, tais como: Fórum Nacional da CONTAG, aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo, relacionadas aos Movimentos Sociais.

Segundo (SANTOS), o MSTTR tem empreendido uma constante luta por uma educação de que considera o campo em todas as suas dimensões, sobretudo, o espaço de vida e de produção de conhecimento. A autora lembra que:

Muitos foram os caminhos e as experiências dos Movimentos Sociais para a construção de uma política para a educação do Campo (SANTOS)

Prossegue a autora, afirmando que o MSTTR tem atuado construtivamente em conjunto com outros parceiros, como: INCRA, MEC, Universidades, Prefeituras e mais outras.

Nessa perspectiva, o MSTTR usa a estratégia de formação político-sindical aliada aos princípios da Educação do Campo para qualificar a ação dos sindicatos e a capacidade de reflexão e propositivas de trabalhadores rurais, considerando a dimensão de gênero, geração e etnia (SANTOS).

Nesse contexto de luta, diz a autora, que o campo é o lugar para que a Educação do Campo prospere, como prática política educativa, conforme propõe o MSTTR.

O MSTTR entende que os sujeitos do campo devem ter acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade, de forma que se reconheça protagonistas e não apenas objeto, afirma a autora acima.

(CALDART) em seu artigo relata que a Educação do Campo, suas lutas, estão intimamente ligadas ao MST. Destaca nessa luta o I e o II Seminários do Pronera, que se projeta como política que afirma determinada concepção de Educação e de Educação do Campo.

Já no artigo de (SOUZA), a autora diz que o Pronera, o I ENERA, são experiências do MST.

Enfim, diante dos determinantes estruturais e conjunturais da sociedade brasileira, não será a Educação do Campo que permitirá aos povos do campo continuarem no campo, mas sem dúvida, ela é um direito fundamental para que eles tenham dignidade e meios de lutar pelas condições básicas de vida, o lugar que escolheram para viver, afirma (SOUZA).

3 – METODOLOGIA

A metodologia compõe o segundo capítulo de nossa monografia, cujo nível de pesquisa é bibliográfico.

A nossa Metodologia Bibliográfica foi elaborada a partir de material já publicado, constituída, principalmente de artigos impressos, publicados em endereços eletrônicos, revistas, entre outros.

Assim, tomamos como leitura os seguintes bibliógrafos:

- CALDART, Roseli Salete. Sobre Educação do campo – Educação do campo – políticas públicas. Educação/ Roseli Salete Caldart. Organizadora Clarice Aparecida dos Santos – Brasília. Incra, MDA, 2008
- NASCIMENTO. Claudemiro Godoy. Políticas Públicas e educação do Campo: em busca da cidadania possível?/ Claudemiro Godoy do Nascimento – In Modulo Concepções e

Fundamentos da Educação do Campo – Curso de Especialização em Fundamentos da Educação UEPB

- SOUZA. Maria Antonia. Educação do Campo. Práticas pedagógicas/ Maria Antonia Souza In Módulo Concepções e Fundamentos de Educação do Campo.
- SANTOS. Ellen Vieira. Movimento Sindical e prática educativa/ Ellen Vieira Santos. In revista Presença Pedagógica- 2013.
- COSTA. Amarildo Silva. Educação do campo e Movimentos Sociais Luta e Protagonismo dos Movimentos Sociais do campo/ Amarildo Silva Costa – in educampoparaense.org

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os desafios, as dificuldades não enfraqueceram a força desse movimento que já alcançou vitória nessa caminhada desde os anos de 1990 até nossos dias.

Conforme tão bem abordada nesta Monografia, a Educação do Campo constituiu um novo modelo de educação em construção e esta representa um avanço ímpar nessa conquista. Ressalva-se aqui, que não se deixe que retrocesso não acumulem barreiras que possam coibir o avanço dessas conquistas embandeiradas, principalmente pelos Movimentos Sociais e Sindicais do campo e que estes possam garantir, por meio de suas incansáveis lutas, tão emblemática efetivação real da Educação do campo na agenda educacional do país.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

- COSTA. Amarildo Silva. Educação do Campo e Movimentos Sociais. Luta e protagonismo dos Movimentos Sociais do campo como prática e processo educativo no contexto das políticas públicas. In endereço eletrônico: educampoparanaense.org
- CALDART, Roseli Salete. Sobre educação do Campo- in Módulo: Concepção e Fundamentos da Educação do Campo.
- NASCIMENTO. Claudemiro Godoy. Políticas públicas e educação do campo: em busca da cidadania possível? In Módulo Concepção e Fundamentos da educação do campo.
- SOUZA. Maria Antonia. Educação do Campo- práticas pedagógicas e produção científica. In Módulo Concepção e Fundamentos da educação do campo.
- SILVA. Maria do Socorro. Tentativa de construir uma teoria pedagógica.
- FERNANDES. Bernardo Mançano. Por uma Educação do campo. In VV.AA. A educação básica e o movimento social do campo.